

PENSAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CASCA

João Carlos Tedesco¹
Odolir Tremea²

SINOPSE

O presente ensaio relata alguns dados do perfil socioeconômico do setor agrícola do município de Casca, tendo como base seu Censo Agropecuário realizado em 1995. A análise busca localizar as formas de produção, os principais produtos, o acervo técnico mecânico, as novas práticas de trabalho e estratégias que envolvem o pequeno produtor familiar, estrato característico do município e da região da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: agricultura, município de Casca, dados censitários, produtor familiar.

1 INTRODUÇÃO

O presente ensaio é parte integrante de uma proposta mais ampla de análise e discussão em andamento, que envolve as práticas alternativas e inovadoras de produção e de trabalho que são articuladas e implementadas no meio rural de Casca, dentre elas a pluriatividade dos colonos envolvidos na confecção de calçados e bolas.

Estudar um município, ou um dos seus setores econômicos, de uma região específica não significa limitar-se a uma geografia física nem mesmo a esse setor, ou absolutizar o *local* como fator explicativo para os processos ali decorrentes. Porém, também não significa dizer que o *local* e o *específico* não existam mais, que o desenvolvimento regional é impossível de se materializar frente aos ditames da globalização e da *desterritorialização* econômica que essa ocasiona.

¹ Professor da UPF.

² Economista, especialista em Cooperativismo, Madri - Espanha, assessor do Departamento de Planejamento e Projetos da Prefeitura de Casca - RS.

Quando se abordam horizontes definidos espacialmente, isso não significa que não se esteja dialogando com processos mais amplos, que o *local* não seja sensível aos mecanismos estruturais da sociedade em geral, bem como que esse *local* não tenha especificidade nenhuma e não seja capaz de se orientar por estratégias e mecanismos próprios de ação, ainda que seja num grau incipiente.

O município de Casca talvez seja paradigmático e expressivo de um conjunto extenso de municípios da região da Encosta Superior do Nordeste. A sua característica agrícola, a diversidade de produção, a presença maciça da agricultura familiar, sua topografia e tipos de solo, a inserção de inúmeras agroindústrias, a imensa quantidade de agroindústrias caseiras, etc., são manifestações de atividades e formatos econômicos variados. A topografia montanhosa, dificultando atividades mais dinâmicas em termos mecânicos, obriga os agricultores a diversificarem seus produtos. A presença de ateliês de calçados e de bolas, a exploração da pedra basalto, as agroindústrias caseiras, dentre outras, expressam esse horizonte funcional na ótica econômica e social.

As imensas dificuldades por que passa a agricultura familiar em nosso país têm em Casca seu espaço sensível. As dificuldades de obter financiamentos públicos, de organizar-se em forma associativa, de reduzir custos, de implementar inovações técnico-mecânicas e produtivas, de ser competitivo e de obter preços compensadores, dentre outros, estruturam o horizonte cotidiano dos produtores familiares do município. Frente a esse *bloqueio fundiário* e de dificuldades de sobrevivência, inúmeras formas alternativas *internas* aparecem como estratégias para enfrentar a situação de dificuldades.

É nesse sentido que buscamos analisar, preliminarmente, a partir de um conjunto amplo de dados censitários (1995)³ do ramo agropecuário, o perfil do setor agrícola de Casca, no sentido de mostrar seu movimento, suas alterações e redefinições - nada mais do que dar uma *fotografia* no sentido de preparar o terreno para uma análise mais específica dos processos relacionados com a prática de trabalho camponês junto aos ateliês de calçados, processo esse em fase de implementação e discussão entre nós.

Daremos ênfase aos dados econômicos mais relevantes que envolvem tipos de produtos, volume de produção, produtividade, a estrutura fundiária que os embasa, bem como o nível de bem-estar social dos colonos do município. Não pre-

³ O referido Censo foi feito em parceria, via orientação e material técnico, com a Secretaria da Agricultura de Passo Fundo, a Universidade de Passo Fundo, a Embrapa e a Prefeitura de Casca. Casca selecionou o elemento humano (jovens) das comunidades, a maioria com 2º grau completo, residentes nas próprias comunidades de pesquisa. Houve treinamentos e acompanhamento técnico relacionado ao questionário, o qual contemplava as mais variadas dimensões nos aspectos socioeconômicos da família rural. Cada questionário constituía-se de, aproximadamente, seiscentas informações; portanto, há um material vasto para ser analisado em momentos futuros.

tendemos nos guiar por hipóteses nesse ensaio preliminar, e, sim, apenas apresentar aspectos do perfil socioeconômico que o Censo recente nos apresenta. Esse, para que seja *digerido* analiticamente, terá que ser fragmentado, analisado em seus aspectos afins dentro do setor agrícola. Para efeitos de um ensaio e no espaço de uma revista, limitarmo-nos-emos aos aspectos arrolados anteriormente.

2 A REGIÃO E O PRODUTOR FAMILIAR: TRAJETÓRIA DAS PRÁTICAS ECONÔMICAS

A formação do espaço⁴ econômico e social do município de Casca é consequência das migrações internas, provenientes, na sua grande maioria, das colônias antigas, principalmente de Guaporé (uma das últimas colônias do processo oficial de imigração no estado). Na região, habitavam índios da tribo caingangue, espalhados pelas matas, bem como caboclos, remanescentes da região de economia do saladeiro e dos campos de Passo Fundo. Inúmeros conflitos, registrados na memória dos colonos, fizeram-se presentes e marcam o referencial simbólico da cultura em geral, do contato com a terra e com elementos da sociabilidade comunitária.

O processo de emigração das colônias de origem deu-se, basicamente, pela impossibilidade de sobrevivência no lote original devido ao número elevado de filhos, da estrutura fundiária reduzida e da topografia da região, que não permitia a expansão de determinadas culturas típicas. A localização das colônias em locais que nem sempre permitiam produzir excedentes para o mercado provocou a criação de espaços particulares e espontâneos em lugares com infra-estrutura mais adequada, o que, por sinal, com motivos um pouco diferentes e com trajetórias também em parte diferenciadas, continua ainda hoje.

Os produtores familiares localizados nessa região, desde o final do século passado e ainda mais nas primeiras décadas deste século, possuíam em comum um potencial produtivo ligado à policultura alimentar (milho, suínos, vinho, gado leiteiro, aves, trigo, feijão...), que servia tanto para o consumo interno quanto para a comercialização, dependendo dos ciclos de desenvolvimento e de crise de determinados produtos no contexto regional, estadual e nacional.

⁴ O município de Casca, criado pela lei estadual nº 2 525, de 15 de dezembro de 1954, teve sua instalação em 28 de fevereiro de 1955; localiza-se na região da Encosta Superior do Nordeste, latitude sul 28°34'22", longitude Greenwich 51°58'02" e uma altitude de 650m acima do nível do mar. Limita-se ao norte com Santo Antônio do Palma; ao sul com Serafina Corrêa; ao leste com Paraí, São Domingos do Sul e Nova Bassano e, a oeste, com Vila Maria, Serafina Corrêa e Montauri. Possui uma área de 251 Km² (25 100 ha), dos quais apenas 11 953 ha são aproveitados para a agricultura.

Milho, suínos, vinho, trigo e gado leiteiro são as produções que, há quase um século, permanecem dinamizadas (explica-se, pelo menos em parte, a localização hoje das grandes agroindústrias⁵ nesse espaço regional). A banha, o toucinho, a carne, a farinha de milho, os barris de vinho, etc., transportados em lombo de burro ou em carroças, os sacrifícios para obtê-los, a carência de dinheiro, o êxodo crescente de membros da família, as promessas não cumpridas dos comerciantes locais, do governo estadual, dentre outras, estão presentes no imaginário coletivo dos habitantes do meio rural do município.

Com a retomada da cultura do trigo, incentivado pelo governo federal por volta de 1930, as colônias emergentes (dentre elas Casca) tiveram um impulso muito grande, melhorando a sua infra-estrutura (estradas, armazéns, mercados...), investimentos na mecanização da lavoura, no crédito. Porém, com o Acordo do Trigo, em 1954, pelo qual o governo federal passou a importar trigo dos EUA, essa cultura decaiu e nunca mais se dinamizou até hoje.

A cultura da soja, nos finais da década de 1960 e intensificada na de 1970, estimulada pelo estado, a inserção das grandes agroindústrias de carnes, fumo, uva e maçã na década de 1980 transformaram esse espaço numa região de grande dinamismo econômico no estado, porém caracterizada pela preponderância da unidade familiar.

A preponderância da policultura permanece. Inúmeros produtos voltados para o autoconsumo, outros consorciados com o milho e a produção agroindustrial, bem como a intensa presença de agroindústrias caseiras (derivados de frutas, do milho, do leite animal, etc.), a exploração da pedra basalto e seus derivados tematizam a organização da variável econômica dos produtores familiares da região.

O processo de globalização (tarifas, importações, retirada de subsídios do Estado...), conjugado aos ciclos de crise e expansão da cultura da soja no mercado, o problema das vantagens comparativas dos produtos do Mercosul, as exigências de qualidade e produtividade implementadas pelas agroindústrias (padrões, seleções, lucratividade...), entre outras, pelo que se percebeu, fazem do cotidiano econômico do agricultor familiar uma dimensão preocupante.

Essa situação não se esgota no econômico; perpassa as reivindicações e as lutas por autonomia, por representatividade política, por preservação de espaços socioculturais, implicando rearranjos e redefinições no espaço familiar e social.

⁵ As principais são Perdígão, Frangosul, Minuano e Souza Cruz.

A topografia montanhosa; o esforço por transformar espaços produtivos com presença de pedras no solo em *pura terra*⁶, adaptados ao estilo mecânico de produzir, limpar e colher; a dimensão mesclada simbolicamente entre ser produtor familiar e ser trabalhador *para* a agroindústria; o ensino generalizado do 2º grau na cidade; o rompimento do purismo cultural (intercambiado agora entre cidade e meio rural) que o ensino urbano e a indústria cultural provocam; a presença da técnica e do direito normatizando relações funcionais e de convivência; a secular cultura do vinho (ameaçada pelas importações); a valorização da comunidade e toda sua simbologia teológica, cultural, lúdica, econômica; a presença de microassociações de produção e de comercialização como estratégias internas de maximizar fatores econômicos, entre inúmeras outras, complementam as variáveis que *a priori* parecem orientar o *mundo da vida* dos colonos e a dimensão econômica que o complementa.

2.1 Pensar o desenvolvimento local

Como já dissemos, a região se caracteriza pela presença de agroindústrias, sendo variadas as suas atividades. A topografia montanhosa, dificultando atividades mais dinâmicas em termos mecânicos, obriga os agricultores a diversificarem seus produtos, e as agroindústrias encontram aí um terreno fértil para se dinamizarem. Os produtos são variados, as relações também. E quem é o produtor familiar? É o familiar (pequeno produtor) de trajetória de trabalho na terra, na derrubada de matas e capoeiras para plantar milho, arar com bois, criar porcos e gado leiteiro, produzir frutas, vinho, trigo (“nem que seja para o gasto”), etc., sempre com uma certa *autonomia*, com um vínculo com a natureza na perspectiva da reposição, de uma ética de compensação e de equilíbrio. Nos últimos dez anos, porém, muita coisa *entrou* nessa trajetória.

O que significa abandonar ou reduzir o trabalho na roça para se dedicar à exploração de pedras ou à criação de aves, fumo e suínos para as agroindústrias? A presença dessas, utilizando variáveis maximizadoras de tempo e espaço, promove transformações no universo econômico e de vida do camponês? Como se processam as relações que tecem esse vínculo? O fator terra é ainda importante para a reprodução do colono da região? Ser integrado e não colono, como alguns, com satisfação, expressam, implica uma ruptura histórica ou não? Que significados isso tem na construção e reconstrução de imaginários norteadores do cotidiano da

⁶ Essa “é a luta que não pára (...), as pedras dão cria. Luta-se o ano todo contra a presença das pedras na terra de máquina” (nos diz um produtor familiar), as quais dificultam a entrada das máquinas para o plantio principalmente da soja. Transforma-se o solo pedregoso em “pura terra”. Como a presença das máquinas “alivia” o trabalho braçal, a própria concepção de terra e/ou propriedade é diferenciada. “Terra, terra mesmo tem pouca, mais é pedra”; ganha conotação prática e simbólica em função do produto a ser produzido e dos meios técnicos para viabilizá-lo.

família? As fábricas de bolas e de calçados *invadiram* espaços domésticos, em termos físicos e simbólicos, redefinindo concepções inclusive de sociabilidade. Esse processo como um todo representaria apenas a organização externa do processo de produção industrial ou vem ao encontro, também, de elementos internos da reorganização social e econômica da família?

Muitas questões e problematizações poderiam ser aqui levantadas, cujas respostas nem sempre são encontradas facilmente. No entanto, não é o tipo de produto que norteia a vida econômica dos produtores familiares que vai dar as respostas. O produtor familiar se envolve num ramo de produção, num processo interligado de fatores em que uma atividade vai alimentando, complementando, subsidiando e redefinindo a outra.

Sabemos que a organização funcional cotidiana e econômica é o ponto de ancoragem, é o elo de ligação das relações no universo espacial e familiar dos colonos da região. Esse é um processo histórico de identificação espacial-cultural. A família, como unidade de produção e também como unidade de convívio na interligação constante entre o lugar/local e as identidades que se constroem, está profundamente imbricada às transformações econômicas e culturais promovidas pela racionalidade técnica moderna e a mundialização.

O cotidiano se constrói no lugar. O lugar não é algo estanque ou isolado; guarda em si o seu significado e o significado do movimento da história; é memória e se processa pelo corpo, pela terra, pelos sentidos; materializa-se no local. O local, hoje, está redefinido pelo mundial (mundialização), porém suas particularidades não estão anuladas. Novos valores, transformações no processo produtivo e na sociabilidade reconstróem o local, que passa a ser mediado pelo lugar enquanto manifestação da realidade do mundo moderno. O local passa a ser reistoricizado; instala-se na dimensão do vivido, no universo do imediato, reconstruindo espaços e produzindo multiplicidades de sentidos (Carlos, 1996).

Portanto, o local, em meio ao processo de globalização, não está ausente de história; por mais que os processos históricos mais globais não sejam facilmente visíveis, no local, eles ganham sentido no pensar, no viver, no habitar, no trabalho, no lazer, no vestir, no estudar, etc. O local é expressão de uma totalidade que se manifesta em suas particularidades, nos seus ritmos de vida, de apropriação dos objetos, na construção de imaginários.

A racionalidade moderna, a globalização que a tematiza, o acervo técnico-mecânico aplicado à produção, os mercados mundiais, os mecanismos espaciais de informação (Bolsa de Chicago, quebra da Bolsa na Ásia, etc.) são referências universais incontestes e que se manifestam no cotidiano do produtor familiar, globalizando o local, materializado pelo lugar, aprofundando suas contradições. O universo macro *se localiza*; a vida também se localiza e ganha sentido no cotidiano em que os homens estão vivendo, estão em sociabilidade, determinando seus ritmos de vida, seus projetos e sonhos.

A presença intensa das agroindústrias de carne, cereais, fumo, frutas, das empresas de exploração do basalto e de fabricação de bolas no espaço de produção e de vida dos produtores familiares do município manifesta processos históricos mais globais e bem visíveis. Não obstante, acreditamos aprioristicamente, reconstroem um cotidiano fragmentado na dimensão do espaço, do indivíduo, da cultura, etc., que se projeta, em conflito, na concomitância ao global.

Portanto, acreditamos que as evidentes contradições sociais, as trajetórias diferenciadas de práticas produtivas, os movimentos políticos, as múltiplas noções e absorções (cotidianidade) acerca do real apresentam esse espaço de estudo como um *locus* fértil de empiricidade para compreensão de trajetórias dos novos processos sociais presentes no espaço agrário/agrícola formadores do meio rural do município.

2.1.1 Questões gerais envolvidas na dinâmica de projetos de desenvolvimento local

Os processos sociais que atravessam, criam, rompem e reestruturam o espaço agrário atual, principalmente na região elencada anteriormente, revestem-se de extrema dificuldade em termos de compreensão.

Algumas questões *velhas* permanecem ainda sendo alvo de *novos* entendimentos, como é o caso, por exemplo, da presença, redefinida ou não, da produção de base familiar em meio ao processo de produção capitalista no meio rural. Outras, mais *novas*, fruto de dinâmicas tanto em nível global (macroprocessos socioeconômico-culturais) quanto no âmbito *local* se fazem presentes. O Estado também passa por e é indutor de transformações, hoje pendendo quase que unilateralmente para tendência neoliberal. As biotecnologias imbricadas às tendências de consumo não convencionais, a chamada *desagrarização* e a nova ruralização, a questão do Estado e a agricultura familiar, a redução drástica da população em geral, de trabalhadores e do número de filhos, a dinâmica da pluriatividade, etc., são também lugar nos novos formatos que se apresentam hoje nesse espaço. Tudo isso tem implicações diretas sobre as *velhas* questões, bem como problematiza outras novas.

Adicionados a isso estão os movimentos sociais, tematizando questões de cunho econômico, político, cultural, alguns mais estruturados, outros fragmentados e localizados. Exemplos disso *pipoqueiam* em nosso espaço regional. A renovação do conteúdo da interdependência entre o agrícola e o rural; a dimensão política do ser agricultor familiar (Pronaf, Pronaf especial, etc.); a existência do rural,

do tradicional; a dissociação entre propriedade e exploração⁷, o rural não agrícola e o pouco agrícola no rural; a noção de paisagem e de ecologia (principalmente com a exploração de pedras e a presença maciça do dessecante e inúmeros outros insumos químicos) imbricada à história local, ao saber-fazer, às tradições e à integração de formas de produzir e de tipos de produtos, etc., fazem desse espaço um lugar e um local expressivo de uma realidade em construção e de um cotidiano concebido-vivido, não obstante pouco percebido.

Enfim, é um cenário problemático (o que não é de agora), porém expressivo de um espaço social construído e dinamizado por situações não só localizadas, mas em profundo conflito em nível de identidade (ser ou não produtor rural? O que é o rural?). Que futuro se espera para a unidade familiar, enquanto unidade de produção e de convívio, de representações (de ordem objetiva, simbólica e subjetiva), de perspectivas valorativas e futuras?

O cenário, ao que nos parece, é rico em questões e problemas, o que demonstra que nem tudo é tão claro como parece e que, apesar do fato de ser e estar envolto na racionalidade da produção econômica moderna, nem tudo se reduz a isso. Mesmo porque acreditamos que o modelo produtivista, a racionalidade técnico-econômica que o norteia, inserido no horizonte problemático da globalização, não é tão linear, monolítico, unidimensional como querem mostrar seus propagadores. Há implicações profundas no horizonte da tradição, dos valores, os quais, pensamos, não atuam só como escudo, empecilho, atraso, anacronismo, mas são utilizados, acionados, tanto pelo produtor familiar quanto pelos quadros econômicos, políticos *externos* como forma de maximizar fatores de sua própria racionalidade (a produção por contrato com as agroindústrias é bem representativa disso).

Essa riqueza problemática, em termos analíticos, perpassa o local, que é crivado por dimensões próprias e externas; é uma *localização* que se *desloca*. Acreditamos que seu ritmo de *deslocamento* hoje esteja mais intensificado.

Não há dúvidas de que, ao articular suas atividades produtivas, o produtor familiar está mergulhado num espaço real e imaginário mais amplo e imediato que se fundamenta nas ações técnico-mercantis das quais participa. Mesmo que essas relações tenham um caráter heterogêneo, fragmentário, contraditório, acreditamos que expressam um caráter vivo, dinâmico e, sobremaneira, prático, colaborando para que o produtor familiar possa se situar no mundo e com ele manter relações. É isso *também* que precisa ser resgatado, compreendido e inserido no debate sobre os processos sociais rurais em curso, bem evidentes na região e no município em questão.

⁷ É o caso das centenas de famílias que trabalham em minas de pedras próximas às suas casas, cujos solos onde as jazidas estão localizadas eram de propriedade dos agricultores. Para viabilizar a sua exploração, esses as venderam, o que faz com que hoje tenham de trabalhar como empregados em terras que eram suas.

É nesse sentido que, ao enfatizarmos alguns dados quantitativos da agricultura de Casca, nossa preocupação é ter o local, o *ethos de colono*⁸ como referência. Queremos ter presente que, ao estruturar-se economicamente, os colonos se inserem num modelo de produção mercantil com base nos fatores locais disponíveis, naquilo que o produtivismo lhes reserva. Para tanto, priorizaremos aqui, para o momento, apenas alguns tópicos que consideramos mais expressivos dessa dinâmica local/global. Pensar alternativas e estratégias para o produtor familiar na região e no município em questão implica conhecer o perfil do setor agrícola como um todo e a trajetória sociocultural dos colonos.

⁸ Quando falamos em *ethos*, estamos falando de representações inseridas, produzidas e emitidas sobre o vivido, sobre a realidade social na qual o indivíduo está inserido, socializado, e onde define seu comportamento. Na visão de Gaiger (1994), o *ethos* diz respeito a uma sabedoria implícita ao domínio das informações sociais e mentais que são operacionais e adquiridas ao longo da experiência da vida: “O *ethos* orienta não apenas a gestão da vida cotidiana, mas igualmente a relação frente aos acontecimentos incomuns, às perturbações da rotina que deixam os indivíduos frente à incerteza e à insegurança. (...). Embora não se constitua como sistema explícito e necessariamente unificado, essa disposição possibilita aos indivíduos agir espontaneamente em qualquer situação, de forma que lhes pareça razoável, relativamente coerente e com chances de êxito”. Quando falamos de um *ethos de colono*, não estamos querendo apresentar um modo coerente e estanque de uma lógica tradicional e de reprodução local, muito menos estamos falando de *pão cotidiano contra a racionalidade instrumental*; longe de vermos nessa noção uma lógica da produção necessária (subsistência) ou uma ausência de um excedente mobilizável. Lançamos mão dessa noção pelo grau de complementariedade entre a noção de uma reprodução simples dos meios de produção (produção necessária) com a lógica da esfera mercantil, envolvendo aí processos sociais, políticos e culturais contraditórios, porém que se *fundam* para formar e redefinir modernização com tradição, tanto no âmbito microlocal quanto em instâncias promotoras do processo econômico. A noção de *ethos de colono* está muito próxima à noção de *campesinidade* ou *economia moral* do camponês, tematizando o viés também subjetivo que aglutina a racionalidade camponesa; porém, é bom que se diga que o *ethos* da economia moral não exclui uma racionalidade econômica interna do ambiente camponês (a *alternatividade* é um exemplo disso), com características objetivas, pragmáticas e racionais do universo econômico mais amplo. A noção de *ethos* permite julgar a compatibilidade entre sistemas ou lógicas, propicia-nos perceber transformações, repercussões, redefinições, trajetórias, estratégias, rupturas na cotidianidade sedimentada no *mundo do colono* e o espaço rural em dinâmica com processos sociais mais globais.

3 DADOS DO MOVIMENTO SOCIOECONÔMICO DECORRENTES DO LEVANTAMENTO CENSITÁRIO DO SETOR AGROPECUÁRIO

3.1 A população e sua faixa etária

A população absoluta que vive nas 34 comunidades do meio rural é de 4 561 habitantes, constituída por 80 % de descendentes de italianos; 18,5 % de poloneses e 1,5 % de outras etnias.

Tabela 1 - População absoluta e estado civil no meio rural de Casca - 1995

Especificação	Quantidade	(%)
Mulheres	2 235	49,00
Homens	2 326	51,00
Solteiros	2 127	46,63
Casados	2 203	48,30
Separados	5	0,11
Divorciados	2	0,04
Viúvos	207	4,54
Outros	17	0,37

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura de Casca, 1995.

Pela tabela, percebe-se pouca diferença em termos de gênero, o que caracteriza os espaços onde a pequena produção de base familiar está arraigada. Porém, se discriminarmos a população em termos de faixa etária e sexo, veremos que há uma significativa alteração em termos de quantidade de jovens do sexo masculino em relação aos do feminino.

Por mais que apresente alternativas de permanência de jovens no meio rural, a saída de alguns apresenta-se inevitável no momento, principalmente de moças, visto que o espaço urbano é o *locus de atração*. A possibilidade de estudar na cidade, a dificuldade de obter uma herança (devido a elementos culturais e de bloqueio fundiário), a topografia montanhosa e o baixo acervo técnico-mecânico, mesmo sabendo que há uma ociosidade das máquinas disponíveis, bem como algumas práticas recentes de redução de mão-de-obra em espaços de trabalho (plântio direto, tratamentos culturais com produtos químicos, etc.), a remuneração salarial e a sua sistematicidade, dentre outras questões, são aspectos que, de certa forma, influenciam na decisão da saída de jovens (principalmente moças) do meio rural do município.

Tabela 2 - População por faixa etária no meio rural de Casca - 1995

Faixa etária	Homens	Mulheres	Total	(%)
0 a 5 anos	182	148	330	7,24
6 a 10 anos	176	175	351	7,70
11 a 15 anos	198	221	419	9,19
16 a 20 anos	185	157	342	7,50
21 a 30 anos	351	303	654	14,34
31 a 40 anos	409	357	766	16,79
41 a 50 anos	345	308	653	14,32
51 a 70 anos	363	403	766	16,79
71 a 90 anos	116	163	279	6,12
>de 90 anos	1	0	1	0,02
Total	2 326	2 235	4 561	100,00

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura de Casca, 1995.

Tomando-se os dados apresentados na Tabela 2 e considerando-se a faixa etária de zero a quarenta anos de idade, encontramos um contingente populacional de 2 862 pessoas, o que representa 62,76% da população do meio rural. Vemos que os jovens na faixa de 21 a 30 anos são em maior número em relação às moças. Se analisarmos especificamente cada comunidade, veremos que, em algumas delas, o número de moças é bem reduzido. O êxodo rumo ao mercado de trabalho urbano reduziu a presença feminina no meio rural.

Na faixa dos 41 anos aos que superam os noventa anos de idade, aparecem 1 699 pessoas, ou seja, 37,24% da população. Assim, considera-se que a população do meio rural do município é jovem.

A força que pode ser considerada ativa no trabalho junto ao meio rural situa-se na faixa etária dos 16 aos 50 anos de idade, abrangendo um contingente populacional de 2 415 pessoas, o que representa 52,95% da população absoluta do meio rural. Desse total, 1 290 são do sexo masculino.

3.2 Escolaridade global

Praticamente todas as comunidades rurais contam com infra-estrutura de escola, tendo sido algumas desativadas em função do baixo número de alunos, os quais são transportados gratuitamente para outras escolas do meio urbano ou rural. Porém, mesmo com a infra-estrutura propiciando o acesso geral ao campo da educação, o analfabetismo no meio rural ainda não foi completamente erradicado.

Tabela 3 - Analfabetos por faixa etária do meio rural de Casca, 1995

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total	(%)
7 a 10 anos	2	3	5	0,11
11 a 15 anos	3	0	3	0,07
16 a 20 anos	3	1	4	0,09
21 a 30 anos	7	1	8	0,18
31 a 40 anos	6	8	14	0,31
41 a 50 anos	13	11	24	0,53
51 a 70 anos	39	59	98	2,15
71 a 90 anos	29	59	88	1,93
> 90 anos	0	0	0	0,00
Total	102	142	244	5,35

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura de Casca, 1995.

O analfabetismo concentra-se mais na faixa etária adulta, sendo de maior presença junto ao sexo feminino, o que demonstra a dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino no meio rural há meio século atrás, bem como a pouca importância dada é intenção e a discriminação em relação à mulher, reflexo de um processo social e cultural mais amplo.

De uma forma geral, no entanto, a necessidade de trabalho na roça e no lar não propiciava o acesso ao estudo. Como o espaço urbano hoje, mais do que há uma década atrás, apresenta-se como alternativa de sobrevivência, a demanda pelo ensino aumentou muito no meio rural.

Tabela 4 - 1º grau incompleto por faixa etária no meio rural de Casca - 1995

Faixa etária	Homens	Mulheres	Total	(%)
7 a 10 anos	136	145	281	6,16
11 a 15 anos	159	172	331	7,26
16 a 20 anos	80	68	148	3,24
21 a 30 anos	201	173	374	8,20
31 a 40 anos	248	212	460	10,09
41 a 50anos	276	234	510	11,18
51 a 70 anos	281	303	584	12,80
71 a 90 anos	80	97	177	3,88
> 90 anos	1	0	1	0,02
Total	1 462	1 404	2 866	62,86

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura de Casca, 1995.

Observando-se a Tabela 4, constata-se que 62,86% da população não possui o primário completo e que a maior parte do contingente populacional considerado como força de trabalho situa-se junto a esse público com menor nível de escolaridade.

Tabela 5 - Curso primário completo por faixa etária no meio rural de Casca, 1995

Faixa etária	Homens	Mulheres	Total	(%)
7 a 10 anos	0	0	0	0,00
11 a 15 anos	20	21	41	0,90
16 a 20 anos	24	13	37	0,81
21 a 30 anos	73	48	121	2,65
31 a 40 anos	82	60	142	3,11
41 a 50 anos	30	40	70	1,53
51 a 70 anos	31	26	57	1,25
71 a 90 anos	7	6	13	0,29
> 90 anos	0	0	0	0,00
Total	267	214	481	10,55

Fonte: *Censo Agropecuário municipal*, Prefeitura de Casca, 1995

Percebe-se que apenas 10% da população possui o 1º grau completo, dado que é alarmante tendo em vista o modelo produtivista e de racionalidade moderna no meio rural hoje. Exige-se que o colono atue como empresário rural (o que implica fazer cálculos; racionalizar o tempo, o espaço, as atividades; conhecer o movimento do mercado; reduzir custos; envolver-se com bancos; fazer financiamentos e projetos agrícolas, etc.), porém as condições técnicas que se lhe oferecem, ou até então lhe foram oferecidas, não lhe dão totais condições para isso. Talvez esteja aí um grande ponto de estrangulamento que reduz o potencial de inovação e de descobertas de processos e ações que o mercado agrícola exige. O processo poderá ficar mais complexo à medida que grande parte dos que têm acesso ao ensino completo de 1º e 2º graus não permaneçam no campo ou optem por outras atividades não agrícolas.

Tabela 6 - 2º grau completo por faixa etária no meio rural de Casca - 1995

Faixa etária	Homens	Mulheres	Total	(%)
16 a 20 anos	14	36	50	1,10
21 a 30 anos	29	43	72	1,58
31 a 40 anos	46	43	89	1,95
41 a 50 anos	13	12	25	0,55
51 a 70 anos	4	6	10	0,22
71 a 90 anos	0	1	1	0,02
> 90 anos	0	0	0	0,00
Total	106	141	247	5,42

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura de Casca, 1995.

No que se refere ao 2º grau, do total da população agrícola, apenas 5,42% o possui completo, o que demonstra a dificuldade do acesso ao ensino profissionalizante por parte do jovem colono no município.

No tocante ao ensino superior, 23 homens e 39 mulheres entre 21 e 50 anos cursaram ou freqüentam ainda o ensino superior. Nesse sentido, o Campus Universitário da Universidade de Passo Fundo e o curso de Pedagogia, dentre outros, possibilitaram que pessoas do meio rural pudessem também fazer um curso superior. O curso de Pedagogia de férias foi o mais dinamizado e o que propiciou a oportunidade de aperfeiçoamento dos professores que trabalham e que moram no meio rural.

3.3 Estrutura fundiária e condição dos produtores

O tamanho médio das propriedades rurais do município de Casca é de aproximadamente 20,5 hectares, sendo nelas cultivadas culturas diversas, como milho, soja, fumo, trigo e feijão.

Tabela 7- Estrutura fundiária do município de Casca - 1995

Classificação	N.º de estabelecimentos	(%)
De 0 a 5	124	11,50
De 6 a 10	153	14,19
De 11 a 15	255	23,65
De 16 a 25	279	25,88
De 26 a 50	202	18,74
De 51 a 75	41	3,80
De 76 a 100	17	1,58
De 101 a 150	7	0,65
De 151 a 200	0	0,00
Acima de 200	0	0,00
Total Geral	1 078	100,00

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura de Casca, 1995.

O município possui 1 078 estabelecimentos rurais com área que varia de 6 a 150 ha; mais de 60% dos estabelecimentos possuem área inferior a 50 ha. A maioria chega até os 25 ha, o que caracteriza a presença intensa de pequenos produtores de base familiar, não muito diferente da realidade de toda a região da Encosta Superior do Nordeste. Ainda que esses sejam pequenos, quase minifúndios para o perfil da região, isso não significa que sejam de economia de subsistência. Se analisarmos a estrutura fundiária desde as décadas de 1950 e 1960, períodos de definição administrativa e de modelo da agricultura, veremos que essa não se alterou muito e que o município continua sendo de base agrícola dinâmica e com um perfil de diversificação muito intenso.

É claro que a falta de acompanhamento técnico e de capacidade de inovação tecnológica atinge mais em cheio as menores propriedades (< de 25 ha). No entanto, ao que nos parece, é justamente esse estrato produtivo que mais busca encontrar formas alternativas de sobrevivência (agroindústrias caseiras, venda de *miudezas*, extração do basalto [em jazidas de sua propriedade ou como arrendatário ou assalariado], ateliês de costura de bola e/ou calçados, etc.).

O relevo acidentado da região favoreceu a presença de minifúndios (mais de 50% das terras do município estão entre 0 a 15 ha). Raramente o agricultor vende a terra, sendo baixo no município o índice de transações fundiárias; o que acontece, normalmente, é a venda de uma parte da propriedade para montagem da infra-estrutura de aviário ou chiqueirão ou, então, uma estufa de fumo.

A mercantilização da terra, sua fragmentação e demografia na família fazem da propriedade da terra um bem escasso na região. Essa espécie de bloqueio fundiário é que faz o produtor familiar encontrar formas alternativas de sobrevivência (ateliês, agroindústrias caseiras, o envio de filhos para trabalhar em churrascarias⁹ em São Paulo e Curitiba, nas indústrias e lares urbanos, etc.). Esse processo dificulta a reprodução das unidades de produção. As formas de variação da produção e de atividades poderão compensar, porém não solucionam o problema do limite da reprodução.

Há uma tendência no seio da família do colono de que, ao casar seus membros, formem novas unidades de produção e de convívio. O que está acontecendo é que o meio rural não está sendo mais uma grande alternativa ou, então, a mais viável. O desejo histórico-cultural de ser colono, proprietário, de constituir e reproduzir o patrimônio fundiário passa, hoje, por vieses mais complexos e mais diversificados.

Há uma tendência no município de ser eliminada a partilha das propriedades; as representações do direito, do herdeiro, da herança são variadas e (de)limitam o tamanho do grupo para reproduzir e sobreviver. O estudo (funcionando como capital cultural), o vínculo agroindustrial e com a indústria e o comércio urbano atestam fronteiras, seleções, translados, trajetórias, que catalisam o processo normatizador da estrutura fundiária e de relações de produção que se processam no meio rural do município.

A propriedade individualizada tematiza a terra como mercadoria, tornando-se cada vez mais difícil o acesso a ela. Em alguns casos, há *sociedade entre irmãos* para evitar o parcelamento, porém essa é uma prática que demanda liderança, organização do trabalho, espírito de família (partilha dos ganhos, interdependência, esforço comum...), vínculos de parentesco e com os meios de produção.

⁹ Só do Distrito de Evangelista mais de vinte jovens saíram nos últimos cinco anos para esse ramo de trabalho.

Tabela 8 - Utilização das terras no município de Casca- 1995

Finalidade	Área (ha)	(%)
Horta Doméstica	69	0,28
Lavouras Permanentes	438	1,81
Lavouras Temporárias	10 924	45,09
Matas e Florestas Nativas	2 490	10,28
Pastagem Cultivada	1 311	5,41
Pastagem Nativa	3 433	14,17
Pomar Doméstico	1 305	5,39
Reflorestamento	914	3,77
Terras Inaproveitáveis	3 344	13,80
Total	24 228	100,00

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura Municipal de Casca, 1995.

A utilização do solo para lavouras de características comerciais abrange praticamente 50% das terras ocupadas do município. A agricultura comercial, tanto da produção temporária quanto da permanente, possui característica comercial; aliás, faz parte do horizonte cultural dos colonos que nessa região chegaram a estar envolvidos comercialmente com os produtos de seu trabalho. Os inúmeros frigoríficos e matadouros que já existiram nessa região, bem como uma dinâmica industrial e comercial de carreteiros e caminhoneiros, as casas de pasto, os hotéis, os postos de gasolina e as casas comerciais (tanto do meio rural quanto urbano) atestam a dinâmica do vínculo mercantil que sempre caracterizou essa microrregião colonial.

O produtor familiar, por mais pequeno que seja, busca produzir para repor os pressupostos da produção (insumos, depreciação do acervo mecânico-técnico, do solo, etc.), bem como para adquirir produtos do comércio urbano. A diversificação é constante, realizando-se com emprego de capital (desembolso monetário) ou sem capital. Produtos, como queijo, cebola, alho, feijão, amendoim, pipoca, vas-soura, mandioca, uva, alguns hortigranjeiros, frutas, erva-mate, dentre outros, fazem farte dessa racionalidade da diversificação.

Em momentos de alta de preço de mercado de alguns desses produtos, o produtor vende; em momentos de falta de preço compensador, o produtor estoca, reduz a produção, etc. Alguns produtos que são consumidos internamente, em momentos de preços altos, são vendidos, podendo até ser comprados posteriormente quando da oscilação do preço para baixo. Essa é uma racionalidade econômica, uma espécie de *alternatividade* que é acionada em função de ganhos ou não, o que atesta que o produtor familiar, por mais pequeno que seja, faz um cálculo de seus referenciais econômicos. O feijão, o queijo, o arroz, a erva-mate são produtos que comumente passam por essa *organização interna*.

Como já referimos, grande parte dos produtores são proprietários, não havendo na região como um todo a tradição de arrendamento, parceria ou

assalariamento rural, o que, no entanto, não significa que não existam. O censo em questão mostrou que em torno de 10% dos produtores já se utilizaram da prática de arrendamento, bem como 5% já foram parceiros.

Todas as práticas arroladas, entretanto, são temporárias, dando-se em razão do bloqueio fundiário (pouca terra em relação ao necessário e ao acervo de força de trabalho e mecânico disponível na unidade, bem como impossibilidade de adquirir mais terras) da necessidade monetária em períodos de entressazonalidade produtiva da disponibilidade de solos para as lavouras comerciais e de subsistência.

Tanto o arrendamento quanto a parceria, bem como o assalariamento, são formas estratégicas de aglutinação econômica, porém não caracterizam uma prática capitalista de trabalho. O assalariado, muitas vezes, é um proprietário que, contingencialmente, por sua condição de pequeno produtor, vende sua força de trabalho a um outro colono, talvez de seu mesmo estrato social. Como diz Tavares dos Santos (1978),

Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades da família camponesa. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salário aparece como redução do rendimento familiar.

Essa prática, muitas vezes proveniente do baixo rendimento obtido na sua pequena exploração, enfraquece ainda mais a unidade produtiva onde a força de trabalho é deslocada. O referencial de pagamento monetário é o salário urbano, dividindo-se os dias trabalhados por unidade-mês do salário urbano. Não há contrato, vínculo empregatício, lei trabalhista, mesmo com os integrados que utilizam temporariamente um *peon* (prática contrária ao que reza nos contratos, cláusula nona). Quando o pagamento é monetário, normalmente é efetuado no final da semana ou da empreitada. Na região, podemos dizer que são raros os que se assalariam temporariamente. Existem algumas famílias de menor condições *caboclos* que adotam essa prática de assalariamento durante boa parte do ano, sendo muito visados pelos agricultores da região.

Esse valor dispendido pelo empregado para pagar a força de trabalho assalariada representa uma parte ínfima do valor bruto da produção dessas unidades, inclusive, em alguns casos, não sendo nem contabilizado. Por que não é

contabilizado? Em primeiro lugar, porque pagam pouco, o salário referencial é baixo; em segundo, porque o tempo de adoção do trabalho assalariado não se estende por muitos dias e é intercalado. O emprego do trabalho assalariado tende a elevar os custos de produção, o que, sem dúvida, não está contemplado na determinação do preço mínimo do produto a ele envolvido.

Um outro aspecto por nós constatado, referente às relações de trabalho, é que o baixo assalariamento temporário ou, mesmo, a inexistência do permanente se deve às multitarefas realizadas pelas mulheres. Apenas a aração do solo é feita normalmente pelo homem; no restante - plantar, capinar, colher - há participação do trabalho das mulheres. Principalmente na capina, elas estão presentes, ainda que seja uma prática que não exige muito tempo devido ao uso de herbicidas que combatem as ervas daninhas, não havendo, posteriormente, muita necessidade de trabalho manual. A presença constante dos ateliês no meio rural veio redefinir esse processo.

Pelo fato de serem os homens a utilizarem as máquinas, ocorre uma diferenciação nos gêneros produzidos. A comercialização dos produtos leva o homem a práticas externas, isto é, constantemente, eles estão em contato com os bancos, cooperativas, casas de comércio, etc. É uma prática dinâmica, que envolve um conhecimento mais amplo, ou seja, eles precisam estar ao par da sistemática dos preços, do mercado de insumos, entre outros.

O produtor familiar é proprietário, dono dos meios de produção e trabalhador; a família é o personagem central. Por mais que haja diferenciações e trajetórias individuais, é ainda um *trabalhador coletivo*. Essas são características da *ambigüidade* de sua presença no processo social de produção na sociedade capitalista. O trabalho é condição única de sobrevivência. Não é possível encontrar no *ethos de produtor familiar* outra forma social de sobrevivência que não seja pelo trabalho. O trabalho do colono não é uma mera mercadoria a ser trocada no mercado; é, sim, uma força promotora de mercadorias mercantilizáveis ou não. A ética do trabalho, da cooperação familiar, a reprodução da força de trabalho familiar, as condições objetivas do trabalho (normalmente sob o signo do sacrifício, da constância e da extensividade, de ser contumaz e de muito esforço) dão conformidade à ética capitalista da centralidade do trabalho como necessidade. Há um desejo interno e uma determinação estrutural (capitalista) que se combinam, não sem contradições e conflitos, dando objetividade ao trabalho e às condições específicas de existência. Sua *liberdade* é demarcada, em grande parte, pelo formato de organização mercantil da unidade de produção e ao estilo da produção material.

O envolvimento do produtor familiar no horizonte da produção simples de mercadorias¹⁰ não o isenta das determinações das exigências do modo de produção capitalista. Os ciclos de produção, as exigências de mercado, os preços baixos, o modelo produtivista a ele estendido fazem da constância do trabalho e de seus pressupostos circunscritos, um modo efetivo de injunções capitalistas. O produtor rural do município procura aproveitar ao máximo a pouca extensão de terra que possui; o solo produtivo praticamente não fica em pousio. Quando não há produto comercializável, plantam-se produtos de consumo produtivo, como pastagens. A racionalidade de aproveitamento do solo e as decisões do que plantar dependem da situação de determinado produto no mercado, ou seja, da demanda, do preço, da capacidade do agricultor em produzi-lo. O dinamismo da agricultura moderna se fez evidenciar na região pós-década de 1970, quando as terras que até então eram destinadas às pastagens naturais e matas passaram a dar espaço à produção empresarial.

Não obstante, malgrado as relações de trabalho variadas e mais modernizadas e a presença intensa das agroindústrias, a assistência técnica ainda não tem grande penetração, o que revela o peso da tradição, do conhecimento empírico no envolvimento com a agricultura, assim como o baixo poder aquisitivo para demandar profissionais do setor. Ao redor de 30% dos produtores utilizam assistência técnica; em torno de 65% nunca demandaram esse serviço.

As atividades modernas da unidade de produção familiar, bem como as variações produtivas tradicionais, implicam um saber próprio e um domínio tecnológico. As chuvas, as pragas, o terreno, a lua, as máquinas, os herbicidas e inseticidas, os insumos, a fertilidade, as combinações de sementes e de produtos químicos, a evolução, o ciclo e a maturação de produtos, dentre outros, fazem parte do saber cotidiano do colono. O progresso técnico não alimentou o saber do colono como um *saber técnico*; o calendário agrícola tradicional não foi tão redimensionado em função do acervo técnico-mecânico do modelo produtivista.

¹⁰ Sem querer importar, hipostaziar ou acoplar conceitos de contextos, temporalidades e objetos, se não diferentes, não tão idênticos, é possível identificar processos de produção que envolvem o produtor familiar como personificação da noção de produtor simples de mercadoria. Em Marx (1968), encontramos alguns elementos que nos *auxiliam* nessa compreensão. Nessa noção, o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção (no nosso caso, a terra e os instrumentos de trabalho) e trabalha com eles. A venda e produção direta de seus produtos para adquirir outros que não consegue produzir (M-D-M) para satisfazer necessidades de consumo, ou como instrumentos de trabalho, também expressam essa noção. Desse modo, a combinação de produção de meios de vida com mercadorias promove a aglutinação de valores de uso com valores de troca. Por mais que haja e que se objetive a produção de excedentes, ela não visa imediatamente à acumulação de capital e, sim, à sobrevivência e reprodução das mínimas condições de existência da família.

3. 4 A infra-estrutura

Dos 1 078 estabelecimentos rurais existentes na área rural do município, 490 famílias são abastecidas por água potável, através da implantação de redes comunitárias de distribuição; as demais se utilizam de água de vertentes ou de poços superficiais. Com a energia elétrica, já é uma situação diferente, atendendo a 99,35% dos estabelecimentos existentes; já o sistema de telefonia rural atende a apenas 31,9% dos estabelecimentos.

Se a demanda de assistência técnica não é tão evidente, o mesmo não se pode dizer do vínculo associativo. A vinculação com as cooperativas e sindicatos demonstra que esses ainda são muito importantes no universo referencial de sobrevivência e espaço mercantil e organizativo do colono. As questões da aposentadoria, da eletrificação rural, da assistência hospitalar e odontológica são os elementos que também promovem o vínculo orgânico dos colonos aos meios associativos.

O agricultor do município vincula-se, umbilicalmente, ao sistema financeiro e associativo, processo que é parte integrante das formas variadas e pluriativas com que o produtor se envolve. O sistema integrado (suínos, aves, fumo e uva), a produção comercial de leite, a extração do basalto, a constituição de ateliês, dentre outras, fazem do universo referencial externo (dependente ou não) e associativo elementos dinâmicos em seu cotidiano. Práticas de entreaajuda, bem como associações/condomínios são constantes no meio rural do município. A primeira situa-se numa dimensão bilateral, acordada em função de várias questões: a proximidade familiar (parentes, compadrio e vizinhança), a precisão, a solidariedade tradicional, a troca de serviço, a coesão e socialização do grupo, dentre outras. Esse processo faz com que sejam raras as práticas de assalariamento, de parceria ou de arrendamento.

Tabela 9 - Utilização da prática de inseminação artificial no meio rural de Casca, 1995

Total de produtores	Utilizam (%)		Não utilizam (%)		Bovinos (%)		Suínos (%)	
1078	490	45,45	588	54,55	487	41,18	25	2,32

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura de Casca, 1995.

Por ser a inseminação artificial uma prática recente, o índice de 45,45% é relevante. A produção de leite para o mercado, a estruturação de cooperativas do ramo, o plantio de pastagens, a preparação da terra com dessecante e o plantio direto, aliados a raças mais produtivas de vacas leiteiras, fizeram com que esse ramo se tornasse hoje, talvez, um dos mais inovadores e dinâmicos no município.

A produção de leite é significativa, porém a venda do leite não substituiu significativamente a fabricação artesanal do queijo e seu mercado consumidor. O leite, mesmo não sendo um produto de grande rendimento (o preço, segundo os produtores é muito baixo - os movimentos e pressões de produtores são constantes junto ao governo, cooperativas e a empresas privadas -), tem a vantagem de fornecer a entrada de dinheiro mais sistematicamente na unidade familiar. As pastagens abundantes, a infra-estrutura já existente, a produção de milho e mandioca na unidade familiar de produção, o transporte do produto refrigerado desde a unidade produtora, etc., fizeram desse ramo um lugar-comum no meio rural do município. Em termos de utilização de meios técnico-mecânicos nesse ramo de produção, o acervo é baixo; visto que apenas 3% dos produtores de leite utilizam equipamentos mecânicos.

A inexpressiva utilização de equipamentos para ordenha mecânica limita a produção leiteira; não gera entusiasmo pelo aumento do plantel, pela melhoria genética ou produção de alimentos de elevado valor protéico, que objetivaria aumento da produtividade, resultando numa produtividade média de 6,2 litros por vaca/dia, considerando o período de lactação de 305 dias. A baixa aquisição desses aparelhos mecânicos se deve, em grande parte, ao seu elevado custo, mas também à presença de mão-de-obra suficiente na unidade familiar, principalmente feminina, o que, de certa forma, é irracional em termos econômicos, pois o aparelho mecânico poderá ser financiado e pago com o produto, o que favoreceria o aumento da escala produtiva via aumento do plantel.

Tabela 10 - Perfil da produção de leite no município de Casca, 1995

Produto	Quantidade total	Consumo próprio	Consumo urbano	Intermediários	Agroindústrias
Leite **	6615706	652368	106023	93185	3151211
Manteiga *	14796	9260	2439	3097	0
Queijo *	272828	86185	78075	108568	0
Nata *	9707	8391	620	696	0

** = em litros * = em kg

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura Municipal de Casca, 1995.

Há, no município, 3 500 matrizes produtoras de leite; desse contingente, 28,25% são matrizes inseminadas. Esse plantel produz 18 125 litros de leite diariamente, com uma produtividade média de 6,2 litros por vaca/dia.

A produção de leite desenvolveu-se intensamente após a década de 1990. O leite, que até então servia para o consumo interno e para a produção de derivados mais tradicionais, como o queijo, a manteiga, o requeijão, o soro para os animais, tornou-se, nos últimos anos, uma alternativa de reprodução para a agricultura familiar. O caráter de renda complementar (fundos do leite) é importante no período de entressafas e é relevante na obtenção de produtos de manutenção de pro-

moção do equilíbrio nas necessidades alimentares da família. Além de redefinir relações internas à família (divisão do trabalho, de gênero, remuneração sistemática, etc.), o espaço agrícola também passa por alterações em função do leite. O plantio de pastagens, principalmente no inverno, bem como em períodos do ciclo das culturas tradicionais, as cercas móveis (elétricas), medicamentos, plantéis, etc., passam a redefinir e determinar um conjunto de fatores internos que vão da casa até a roça, transcendendo-se para a cidade, flexionando-se internamente na família, na organização do espaço, do saber, do acervo técnico e na concepção valorativa e discriminatória em relação aos tipos de animais (*os produtivos e os improdutivos, os resistentes*).

De certa forma, com a produção de leite, o colono aguça mais sua racionalidade econômica; estabelece cálculos empíricos de rendimento relacionados ao consumo e à disponibilidade de trabalho familiar, entre vender e consumir; aciona estratégias racionais, mecanismos internos, disposição de fatores de produção e ações adequadas às circunstâncias temporais, ao nível de autonomia e seus elementos internos de conhecimento de mercado. Além disso, há aquisição do saber técnico em razão das novas normas de qualidade bacteriológica, dos aspectos de refrigeração e estocagem, das instalações, das atualizações e especialização, o que demanda investimentos e modernizações constantes, impossíveis para as condições atuais dos colonos.

Tabela 11 - Destinação da produção leiteira de Casca, 1995

Destino diário da produção	Quantidade em litros
Agroindústria	8 633
Consumo próprio	1 787
Consumo médio p/pessoa	390
Consumo urbano	290
Intermediários	255
Fabricação de queijo	7 160

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura Municipal de Casca, 1995.

Toda a produção leiteira comercial é destinada ao beneficiamento e à industrialização junto a outros municípios da região, tendo em vista que não está instalada ainda nenhuma unidade dessa natureza.

No tocante à suinocultura, pode-se dizer que é uma das culturas mais tradicionais do município; no passado, já foi a principal atividade econômica, fazendo parte da história econômica do município. A abundância do milho nas unidades de produção, a presença de frigoríficos e matadouros, os programas de melhoramento genético, dentre outros, fazem desse produto, sob a sistemática da integração ou não, outra das grandes alternativas do meio rural.

Tabela 12 - Informações gerais sobre a suinocultura de Casca, 1995

Tipo	Quantidade	Consumo Peso (Kg)	Cabeças	Venda Peso (Kg)	Cabeças	Animais Inseminados
Cachaços	675	2 736	38	17 078	181	
Porcas criadeiras	5 120	2 531	38	165 305	628	51
Leitões mamando	11 937	82	5	3 190	193	
Leitões desmamando	19 563	4 735	299	559 500	29 780	
Suínos terminados	11 103	278 401	3841	4 763 482	53 034	
Total	48 398	288 485	4 221	5 508 555	83 816	51

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura Municipal de Casca, 1995.

O desfrute médio por matriz produtora é baixo, tendo em vista que ainda perduram, na maioria dos estabelecimentos, pequenas criações sem emprego de tecnologia; contudo, onde as integrações estão presentes, a realidade é diferente, sendo alcançadas médias superiores. A estrutura e a condição atual dos agricultores que desenvolvem pequenas criações não se enquadram nas exigências do sistema de integração.

A dinâmica da produção de suínos no município é um dos elementos constituintes do *ethos de colono* da região. Os matadouros, os frigoríficos e o comércio do suíno vivo para outras regiões perduram desde os últimos anos do século passado. Alguns desses faliram; outros foram deslocados para outras regiões, porém a produção continuou. O aproveitamento do milho, o cultivo de outros alimentos (mandioca, abóbora, pastagens), a fabricação interna da ração fizeram da produção de suínos um complemento na constituição do ramo agrícola do município.

O suíno é um tipo de variação da produção que, mesmo em períodos de preço baixo, não deve ser paralisada, pois não se forma um plantel, uma matriz apenas quando os preços estão em alta. Um exemplo disso é que, mesmo com as oscilações de preços e de mercado, o rebanho suíno do município pouco se alterou, sendo sua evolução em torno de 10% em vinte anos.

Há uma relação íntima entre produção de milho e de suíno: o cereal vira carne e o adubo orgânico retirado do chiqueiro serve para aumentar a produtividade do solo no plantio do milho.

A venda do suíno na forma integrada às agroindústrias não acabou com a produção artesanal dos seus derivados; ambos continuam sendo vendidos em feiras e diretamente ao consumidor urbano. Esse ramo de agroindústria caseira alimenta uma filosofia prática e própria do *ethos de colono* do município, fundada na concepção de que a produção familiar só se viabiliza com agregação de valores aos grãos e a outros produtos genuinamente comerciais e que o conhecimento, a preservação da identidade de colono se concretizam na criatividade como forma de ampliar a receita da família.

Mesmo sendo uma prática secular dos colonos da região (tanto suínos, quanto derivados do leite, de frutas [figo]), o processo hoje passa por grandes dificuldades. Há carência de financiamentos para infra-estrutura; não há garantias de mercado, nem preços compensadores; a organização interna da família (em termos demográficos, de tempo, de capacidade de inovação...) é muito tênue e passa por vieses nem sempre bem estruturados e duradouros. A fiscalização e as exigências tributárias e fitossanitárias dificultam a continuidade e os ganhos da atividade. Não obstante, são articulações agregadas, integradas, subordinadas ou não ao conjunto de fatores e estratégias locais a que os colonos se aventuram, se dispõem em razão de necessidades, carências e processos globais.

Tabela 13 - Informações sobre a avicultura no município de Casca, 1995

	Nº de produtores
Possui aviário	66
Não possui aviário	971
Quantidade total de aviários	96
Área total dos aviários	47 738

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura Municipal de Casca, 1995.

As estruturas de aviários no município permitem o alojamento de 4 000 000 de frangos p/corte/ano, sendo grande parte da atividade avícola realizada da forma integrada. É quase impossível na região produzir aves comercialmente sem integração vertical a uma agroindústria.

A avicultura é um ramo recente no município, dando-se justamente em função da presença de agroindústrias. É uma atividade que envolve aparelhamento técnico e infra-estrutural, uma capacidade gerencial do ciclo de desenvolvimento dos animais, sabedoria técnica para apreender os pacotes técnicos, bem como todas as orientações empresariais. A produção de aves redefiniu inúmeros aspectos da organização econômica da família. O fato de produzir tecnicamente, a redução do espaço físico para sua produção (*hors sol*), o aproveitamento da cama-de-aviário na lavoura, a necessidade de vinte pessoas para o carregamento a cada 45 dias, o estreitamento do vínculo industrial, dentre outros, fazem do produtor integrado um agente de modernização tecnológica e de eficiência produtiva.

3.5 Acervo mecânico

O universo de 318 tratores é empregado para a realização das tarefas necessárias no plantio e demais tratamentos culturais junto às áreas com topografia que permitam a sua utilização. A área total cultivada, incluindo a tração animal, é de, aproximadamente, 11 948 hectares.

Tabela 14 - Quantidade e potência dos tratores no meio rural de Casca, 1995

Potência em CV	Quantidade	(%)
0 a 9		-0-
10 a 19	1	0,31
20 a 49	57	17,92
50 a 99	254	79,87
100 e mais	6	1,89
Total	318	100,00

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura Municipal de Casca, 1995.

Os primeiros tratores na região apareceram em meados da década de 1960 e nem todos o adquiriram completo em termos de implementos. Os preços eram compensadores, a propaganda intensa e a mediação e difusão dos técnicos do governo e das empresas privadas a montante da agricultura fizeram com que esse meio de produção fosse adquirido irracionalmente, permanecendo muito tempo ocioso.

A partir do trator, as mudanças e redefinições no meio agrícola se deram em cadeia; um elenco de circunstâncias não só técnicas se processaram. É evidente que tomar um elemento técnico isolado, entre o *sistema de objetos técnicos* e o processo estrutural da racionalidade modernizadora industrial e urbana em espaços tradicionais, implica inúmeros fatores externos e internos, imbricados em espaços diferenciados e interligados, isso sem falar nas categorias sociais e nos grupos envolvidos.

Não obstante, a presença do arado de tração animal é muito relevante. A utilização de dessecantes, do plantio direto reduziu a presença das parselhas de bois, porém sua utilidade é ainda imprescindível.

Tabela 15 - Quantidade e tipo de máquinas para a colheita no meio rural de Casca, 1995

Tipo de máquina	Quantidade
Automotrizes	25
Plataforma/milho	11
Trilhadeira estacionária	538
Colhedora acoplada(milho-grão)	15

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura Municipal de Casca, 1995.

O acervo de máquinas para a colheita não é tão dinâmico. A topografia montanhosa, o custo elevado das máquinas e a mão-de-obra disponível fazem da presença da automotriz, por exemplo, um objeto raro no espaço agrícola. A trilhadeira é a máquina que mais se faz presente nesse espaço há décadas.

3.5 Infra-estrutura doméstica

Grande parte dos colonos possuem água encanada (946) e caixa d'água (884), porém nenhum faz tratamento da água.

Tabela 16 - Principais fontes de abastecimento de água no meio rural de Casca, 1995

Sistema de abastecimento	Nº de estabelecimentos
Redes de abastec. públ/comunitário	133
Sistema domiciliar	23
Poço cavado que não seca	330
Poço artesiano próprio	45
Fonte natural (vertente)	705
Arroio	11
Rio	28
Açude/barragem	9
Outros	17

Fonte: *Censo Agropecuário Municipal*, Prefeitura Municipal de Casca, 1995.

O sistema de telefonia rural é considerado um dos elementos mais importantes em termos de infra-estrutura de comodidades. Os subsídios do setor público estadual municipal e seu baixo custo de manutenção propiciaram sua presença no meio rural do município, malgrado ainda exista um número significativo de famílias que não o têm.

4 ESTRATÉGIAS RECENTES DE PRÁTICAS ECONÔMICAS NO MEIO RURAL DO MUNICÍPIO

No início do exercício de 1997, o município de Casca, em parcerias realizadas com a iniciativa privada, oferecendo incentivos e apoio, conquistou e trouxe para Casca algumas indústrias do setor calçadista, na área de produção e montagem de tênis e produção de injetados plásticos que produzem solados para calçados em geral. A indústria, que se dedica à fabricação de tênis terceiriza a costura do cabedal do mesmo, sendo a costura realizada em ateliê. No total, foram constituídos 16 ateliês no município, que proporcionam, no processo de costura, mais de 120 postos de serviço, 14 desses sediados na área urbana e quatro no meio rural.

Para o meio rural, essa está sendo uma novidade e alternativa diferente da tradicional. Os ateliês funcionam praticamente em regime familiar, tendo de três a quatro sócios, com contratação de mão-de-obra necessária para o pleno funciona-

mento e envolvendo no processo produtivo um número de oito a dez pessoas cada um.

Com a produção proporcionada de cerca de quatro mil pares por mês, considerando 22 dias trabalhados, fornecem uma receita bruta de, aproximadamente, R\$ 3 200,00 por mês. Essa nova atividade, se for levada a sério, levará a que cada ateliê constituído possa se transformar numa pequena unidade, que poderá produzir até mil pares de tênis/dia, empregando de trinta a quarenta pessoas. Já existem em localidades onde o setor calçadista é forte unidades dessa natureza. Para o meio rural, seria uma forma de fazer com que o processo do êxodo rural fosse amenizado.

O entusiasmo dos que trabalham com os ateliês de costura é perceptível e justificado, pois, todo início do mês, eles podem contar com seu dinheiro certo, não dependendo do sol ou da chuva; para esses, a agricultura é que passou a ser uma atividade a mais.

A atividade da costura pode ser um fator contribuinte para o desenvolvimento das atividades produtivas ligadas ao setor primário. O processo em que ela se desenvolve exige tarefas em série e obriga seus usuários a aprenderem ou a irem em busca de conhecimentos a fim de também passarem a planejar e a criar controles. É exatamente pela ausência desses instrumentos e práticas que o setor primário, especificamente para o pequeno produtor, segundo ele, a atividade rural remunera mal.

Os financiamentos do Pronaf, que têm em suas premissas básicas gerar alimento, renda e bem-estar ao homem do campo, não estão atendendo às demandas do pequeno produtor do município. A impressão que se tem é de que aqueles que realmente necessitariam usufruí-lo estão encontrando dificuldades em obtê-los, com seus conseqüentes benefícios.

Dentro das premissas, o programa como um todo é abrangente desde a instalação de infra-estrutura à agroindústria. É correto e é justo que deva contemplar novas atividades e incrementos junto ao meio rural, visto que não deixa de ser uma forma de interiorizar ações e formas alternativas de obter financiamentos, de inserir no interior atividades que sempre foram desenvolvidas em centros maiores, razões que contribuíram para que houvesse constante fuga do homem do campo rumo à cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando-se por base a situação de crise atual no meio rural, considerada como fruto de um processo mais amplo, percebe-se que a problemática inicial parte de uma questão cultural, ou seja, o grau de escolaridade baixo dificulta interpre-

tar, descobrir, conhecer, planejar, controlar e contabilizar. Porém, assim mesmo, o produtor percebe que precisa modernizar-se porque, em regiões ou países mais desenvolvidos, utilizam-se instrumentos mais aprimorados.

Tendo como base o enfoque exposto, para que a atividade produtiva junto ao setor primário de produção de alimentos possa ser auto-sustentável, julga-se necessário, inicialmente, que se capacite quem vai desenvolvê-la. Se os setores secundário e terciário estão fazendo isso, para a atividade de produção agrícola não poderá ser diferente.

O financiamento da atividade deverá dispor dos recursos necessários na hora mais apropriada, porque não é a agricultura que decide as condições e os fenômenos climáticos; do contrário, a agricultura é que deve obedecer e se programar de acordo com o que é definido pelas condições naturais.

A atividade deverá ser desenvolvida observando-se o que está definido pelas microrregiões e bacias hidrográficas, visando explorar os recursos da maneira mais racional possível e sem agredir o meio ambiente. Por isso, o processo junto às propriedades deverá sofrer uma relocação em geral, para que o pleno êxito possa ser alcançado. O produtor rural tem que se acostumar e aceitar o fato de que a utilização de patrulhas mecanizadas próprias é a forma mais racional e de custo menor possível para a execução das tarefas.

Produzir alimentos, para o produtor rural, é fundamental, porém fundamental mesmo é que ele possa armazenar e conservar bem a sua produção. Isso é possível com a edificação de estruturas de armazenamento de forma associativa entre os produtores, que podem ser atendidos dentro de uma determinada microrregião de abrangência e de acordo com a vocação produtiva da mesma.

De acordo com o que é consumido nos grandes centros urbanos, é necessário que sejam pesquisados e descobertos quais poderiam ser, mediante as aptidões da região ou município, os novos produtos que podem fazer parte do cenário produtivo.

A idéia é de que toda essa mudança venha acompanhada da agroindústria e que o produtor possa participar como detentor da estrutura, ampliando a margem, operando antes e após a *porteira*, mas com possibilidade de processar e transformar a produção de maneira aceitável e competitiva junto ao público consumidor.

Damos um passo inicial nesse ensaio preliminar no sentido de elencar alguns aspectos do processo socioeconômico vivenciado pelos produtores familiares de uma região que se caracteriza pelas práticas agrícolas tradicionais.

Vimos que Casca não está deslocada do processo socioeconômico, do acervo técnico-econômico produtivista, das exigências de mercado que o sistema agrícola como um todo exige. As formas e variações das atividades produtivas se dão em função de suas especificidades de produtor familiar, mas também de seu

envolvimento com o mercado, com suas leis e exigências e como dinâmicas locais e socioculturais.

Como já dissemos, o aspecto organizativo (racional) da produção e do associativismo é o elemento fundamental para fazer frente aos novos reclames do consumo e do mercado, bem como para pequeno produtor familiar se sobressair economicamente.

A estrutura fundiária reduzida, a baixa escolarização, a inexistência de um eficiente aparato de financiamento, o acervo técnico-mecânico, a infra-estrutura de estradas e de armazenamento ainda débeis, o processo de exigências e de seleção dos produtores implementado pelas agroindústrias, mercados instáveis, dentre outros vistos durante a análise, deverão ser os elementos de alerta dos diversos agentes envolvidos na dinâmica do desenvolvimento econômico setorial e do município como um todo.

O município de Casca não poderá se expandir economicamente se não dinamizar o setor que lhe fez jus em toda sua história. Um somatório de forças tanto do setor público, da universidade, do aparato técnico, do associativo, dos produtores, etc., deverá se materializar no sentido de promover a dinâmica do *desenvolvimento local*, encontrar alternativas e dar à agricultura o dinamismo e a eficiência que a realidade social e econômica atual, em geral, exige.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, A. F. *O lugar no/do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CENSO AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE CASCA. Prefeitura Municipal de Casca, 1995.

GAIGER, L. I. A práxis coletiva dos sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre: IFCH/Ufrgs, n.6, p. 177 - 203, 1994.

GELATTI, R. *Casca ontem e hoje*. Casca: Editora Berthier, 1984.

LOUREIRO, M. R. G. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LOVISOLO, H. R. *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas: Unicamp, 1989.

MARX, K. *Capítulo inédito do capital: resultados do processo de produção imediato*. Porto: Escorpião, 1968.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.

TEDESCO, J. C. *Produtor Familiar e agroindústria*. Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado) - Ufrgs.

SYNOPSIS

THINKING ABOUT LOCAL DEVELOPMENT: THE CASE OF CASCA AGRICULTURE

This essay mentions some data of the social-economic outline of the agriculture sector in the city of Casca, having as a support its agro and cattle raising census accomplished in 1995. The analysis searches to localize the forms of production, the main products, the technique-mechanical stock, the new practices of work and strategies that involve the small familiar producer, characteristic way of the city and the northeast region of Rio Grande do Sul.

Key-words: agriculture, city of Casca, census data, familiar producer.

SINOPSIS

PENSAR EN EL DESARROLLO LOCAL: EL CASO DE LA AGRICULTURA EN EL MUNICIPIO DE CASCA

El presente ensayo muestra algunos datos del perfil socio-económico del sector agrícola del municipio de Casca, teniendo como base su Censo Agropecuario realizado en 1995. Dicho análisis busca localizar las formas de producción, los principales productos, el acervo técnico mecánico, las nuevas prácticas de trabajo y las estrategias que envuelven al pequeño productor familiar, estrato característico del municipio y de la región nordeste de Rio Grande do Sul.

Palabras-clave: agricultura, municipio de Casca, datos censales, productor familiar.